

**DO DESENVOLVIMENTO AO NÃO ENVOLVIMENTO: dinâmicas
de vida e resistência no mundo rural Norte Mineiro, o caso da
Comunidade do Touro**

**DEVELOPMENT TO NON-INVOLVEMENT: life dynamics and
resistance in the rural world Norte Mineiro, the case of the
Comunidade do Touro**

Maria Cecília Cordeiro Pires

Mestre em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Bacharel em Ciências Sociais. Pesquisadora no Grupo OPARÁ/MUTUM e NIISA (CNPq/UNIMONTES), Montes Claros, MG, Brasil
mariacecilia1942@hotmail.com

Resumo

Este artigo objetivou compreender as dinâmicas que envolvem os incentivos a monocultura algodoeira enquanto política de “desenvolvimento” e os processos migratórios e de resistência, a partir da pesquisa na Comunidade do Touro, em Serranópolis de Minas. Propomos uma reflexão através dos resultados de pesquisa desta autora, em sua dissertação “A PRECISÃO FAZ IR LONGE”: Migração e Desenvolvimento em Comunidade Rural do Sertão Norte Mineiro. Analisamos as representações sobre o mundo rural Norte Mineiro, descrevendo-o como um lugar de diversidades, questionando as políticas públicas desenvolvimentistas que instauraram visões e ações unificadoras, provocando crítica a categoria de desenvolvimento. Dentro desta conjuntura descrevemos as trajetórias dos migrantes do Touro, que vivenciaram a promessa de progresso com a chegada da monocultura de algodão. Realizamos pesquisa bibliográfica e de campo, com ênfase na metodologia qualitativa, através de entrevistas em profundidade, observação do cotidiano e fotografias das pessoas e do lugar, privilegiando a vivência e percepções dos moradores. Há no Norte de Minas uma construção discursiva e dentro deste processo a saída do lugar é apontada como alternativa para a melhoria de vida, ou a única forma de viver. Percebemos, no entanto, que as políticas que visavam o desenvolvimento e superação dos ditos entraves ao progresso, se tornaram ineficazes e desagregadoras, sem contemplar a diversidade e pluralidade dos povos rurais. Tivemos como resultado o estímulo aos deslocamentos populacionais, onde as migrações demonstraram ser uma das formas de resistir a expropriação e continuar a luta pelo território.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Norte de Minas. Serranópolis de Minas. Comunidade do Touro. Resistências.

Abstract

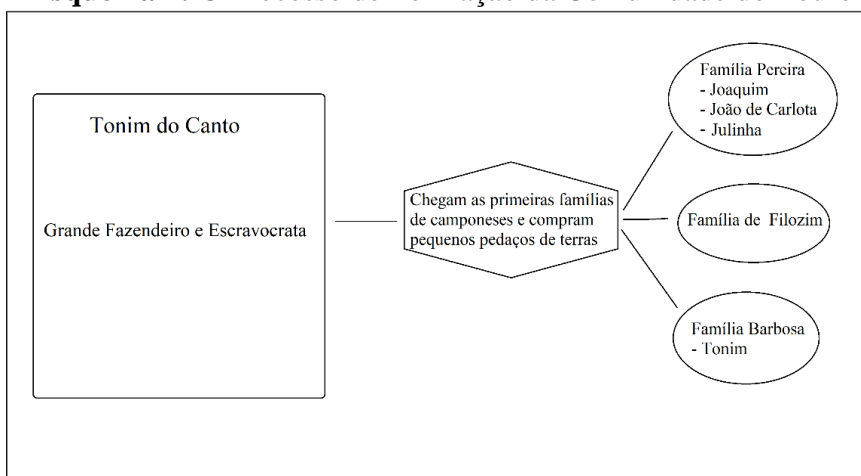
This article aims to understand the dynamics that involve the incentives to cotton monoculture as a policy of "development" and the migratory and resistance processes, based on research in Comunidade do Touro, in Serranópolis de Minas. We propose a reflection through the research results of this author, in her dissertation "A PRECISÃO FAZ IR LONGE": Migração e Des-envolvimento em Comunidade Rural do Sertão Norte Mineiro. We analyze the representations about the rural world Norte Mineiro, describing it as a place of diversity, questioning the developmental public policies that established unifying visions and actions, causing criticism of the category of development. Within this context we describe the trajectories of Touro migrants, who lived the promise of progress with the arrival of cotton monoculture. We conduct research literature and field, with an emphasis on qualitative methodology through in-depth interviews, observation of daily life and photographs of people and the place, focusing on the experience and perceptions of residents. There is a discursive construction the Norte de Minas and within this process the exit of the place is pointed as an alternative for the improvement of life, or the only way to live. We realize, however, that policies aimed at the development and overcoming such obstacles to progress have become ineffective and divisive, without considering the diversity and plurality of rural peoples. We had as a result the stimulus to population displacements, where migration proved to be one of the ways to resist expropriation and continue the struggle for territory.

Keywords: Development. Norte de Minas. Serranópolis de Minas. Comunidade do Touro. Resistances.

Introdução

No município de Serranópolis de Minas, lá no sopé da Serra Geral¹, vivem cerca de 50 famílias em terras que anteriormente pertenceram a um grande fazendeiro e escravocrata, conhecido como Tonim do Canto. Os mais antigos contam que ele dominava a região e inclusive era dono de escravos, que são descendentes de algumas famílias que vivem hoje no lugar, como relata Dona Rita Maria Barbosa, de 74 anos que nasceu e sempre viveu no Touro. Sua tataravó veio da África, comprada por este fazendeiro e o seu filho (bisavô de Dona Rita), também trabalhou como escravo nesta fazenda. A formação desta Comunidade ocorreu conforme ilustrado no Esquema 1:

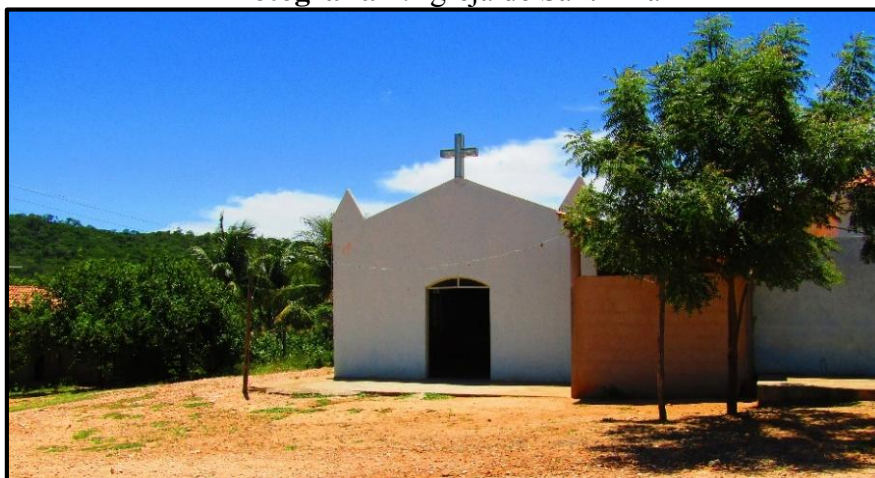
Esquema 1: O Processo de Formação da Comunidade do Touro



Fonte: Pires (2019), Trabalhos de campo 2017, 2018 e 2019.
Org: Maria Cecília Cordeiro Pires, 2019.

Com o tempo, na região, chegaram as primeiras famílias de camponeses que conseguiram comprar pequenos pedaços de Terras que antes pertenciam ao Tonim do Canto. Pelos relatos que tivemos, constatamos que a Comunidade se formou no final do século XIX e início do século XX, por conta da idade dos primeiros habitantes, como a senhora Julinha Pereira que faleceu com 106 anos e também por ser o período de transição do trabalho escravo. As primeiras famílias que chegaram e estão nas lembranças dos moradores são a Família Pereira, a Barbosa e a de “Filozim”, em uma época em que não havia nem cercas, foram eles que ergueram a primeira Igreja da padroeira Santa Ana (FOTOGRAFIA 1).

Fotografia 1: Igreja de Sant’Ana



Fonte: Pires (2019), Janeiro de 2019.
Org: Maria Cecília Cordeiro Pires, 2019.

Assim, a partir da miscigenação entre camponeses portugueses, italianos e negros alforriados, se forma esta comunidade, que por conta de um boi muito *brabo* que apareceu por estas terras, foi nomeada de a ‘Comunidade do Touro’.

As famílias viviam das variedades que plantavam, da criação de pequenos animais, juntamente com as trocas realizadas. A cidade era lugar de resolver as coisas, comprar mantimentos e ir na feira, onde começaram a comercializar alguns produtos. As relações foram estabelecidas no compadrio, nos mutirões, nas trocas e coletivos do sagrado, processos significativos para a constituição dos costumes e identidades.

Com o tempo e por conta de heranças, as grandes fazendas diminuíram, mas permaneceram e hoje praticamente estão no entorno da Comunidade do Touro. A ligação com elas é histórica, muitos moradores trabalhavam para os fazendeiros, o que ainda ocorre, mas antigamente a relação era mais conflituosa.

Os novos tempos trouxeram novas dinâmicas e novos desafios. Esta Comunidade foi inserida em políticas de modernização, que passaram a atingir complexamente os modos de vida locais, nos instigando a questionar: qual o impacto das políticas públicas que se nutriram de um discurso de “desenvolvimento”? E como compreender os modos de vida e as migrações dos moradores no lugar?

Desta maneira, propomos para este artigo uma reflexão embasada nos resultados presentes na pesquisa de dissertação² desta autora (PIRES, 2019), tendo como o principal objetivo compreender os processos migratórios e a relação com as políticas públicas de “desenvolvimento” que atingiram a Comunidade do Touro.

Percurso metodológico

Durante a graduação em Ciências Sociais me tornei pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco – OPARÁ/MUTUM (CNPq/UNIMONTES). A partir das vivências nos projetos, compreendi que vivia historicamente processos de migrações. Sou de uma família que é fruto do casamento entre Bahia e Norte de Minas e que constantemente tem seus membros vivendo entre chegadas e partidas. Mais intimamente, convivi com os trabalhos temporários do meu pai, que saía todos os anos para trabalhar em uma fazenda no estado

do Pará. Da naturalização sobre as migrações passei a problematização, do vivido ao pesquisado, do senso comum às teorias.

Saímos da pesquisa monográfica (PIRES, 2016)³, com novos questionamentos. Ao abordar as migrações temporárias em Porteirinha-MG, tivemos a oportunidade de conhecer a perspectiva de convivência com o semiárido, por meio da nossa participação no curso “Semente e Mudas Crioulas – capacitação de multiplicadores”, que ocorreu no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha (STRP) e foi organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

Na ocasião, ocorreu uma visita a Comunidade do Touro no município de Serranópolis de Minas, onde conhecemos um Banco de Sementes Crioulas e o trabalho agroecológico do lugar. O sopé da Serra Geral possui vegetação típica de caatinga, altas temperaturas, com baixas taxas pluviométricas, configurando “um padrão de agricultura assentado em grande contingente de agricultores familiares proprietários de pouca terra” (BARBOSA; ZIMMERMANN; TECCHIO, 2013, p.177). Esta região passou pelo *boom* da monocultura de algodão e ali naquele encontro pudemos ver uma realidade instigante, com maneiras de resistir e ficar. Este dia foi o começo da pesquisa que resultou na dissertação, saímos com novas questões que vieram a aparecer no projeto do mestrado.

A partir de uma análise interdisciplinar, com aporte da sociologia e antropologia, realizamos uma pesquisa predominantemente qualitativa. Esta opção foi estimulada pelo intuito de compreender a densidade e complexidade do processo junto aos sujeitos, onde as informações foram conduzidas através da memória das pessoas do lugar, do conhecimento oral e da narrativa.

A pesquisa social tem como objeto de investigação uma realidade na qual o pesquisador está inserido. Bourdieu (2010) enfatiza que não existe ciência neutra, mas é preciso manter um rigor, ser vigilante com a epistemologia, que também é uma forma de produção. Ou seja, é necessária uma atitude de *vigilância epistemológica*, para que os procedimentos de interpretação não se contaminem por uma visão de mundo específica.

Neste processo nos mantivemos refletindo e em vigilância, porém, entendemos que a pesquisa é também parte de um ofício artesanal. Levando em consideração os autores Martins (2004), Mills (2009) e Minayo (2001), entendemos a necessidade de afinidade teórica sobre o tema, a vigilância sobre as técnicas e métodos, para que o

pesquisador, como um artesão, compreenda o processo de moldar sua pesquisa. Percebemos, também, a importância de não perder de vista a criatividade e reflexão, para que esses lados, que embora possam parecer opostos, andem cada vez mais aproximados.

Além do estudo bibliográfico realizamos trabalhos de campo, considerando sua importância mais do que um ato puramente científico e sim como vivência, nos amparando nas reflexões de Brandão (2007), que discorre sobre a subjetividade e a necessidade de confiabilidade entre pesquisador e sujeito da pesquisa. O autor nos alerta para as inúmeras dimensões que podemos encontrar em campo e como é necessária atenção, desde a forma de inserção na comunidade às maneiras de conduzir as entrevistas. A observação é de suma importância, é preciso *descrever a banalidade do cotidiano* e assim o instrumento crucial foi o diário de campo, parceiro durante todo o processo. Lá registramos as percepções, detalhes, observações, enfim, uma série de dados que foram permanentemente acionados.

Levando em conta tais apontamentos, realizamos na Comunidade do Touro três incursões a campo: em outubro de 2017, abril de 2018 e janeiro de 2019; devidamente marcadas com os moradores, respeitando suas disponibilidades e levando em conta os tempos das chuvas que dificultam o acesso pelas estradas, bem como o calendário local das migrações. Em 2017 fizemos uma primeira aproximação e apresentação da pesquisa, quando conhecemos nossos principais informantes, aprofundando e buscando conversar com os migrantes. Os informantes-chaves contribuíram grandemente, nos indicando novos entrevistados que na visão deles eram importantes e poderiam nos ajudar a responder nossas dúvidas. Sempre quando íamos em novas casas, estávamos acompanhados de alguém da Comunidade, o que trazia mais confiança aos sujeitos, que na maioria das vezes foram bem expansivos, poucos mais fechados e tímidos.

As técnicas de pesquisa incorporadas ao método etnográfico foram fundamentais para manter viva e registrada todas as informações ao longo do trabalho de campo. Dentre elas, observação participante, entrevistas livres e o uso do diário de campo. Cabe salientar que não tivemos a pretensão de realizar uma etnografia, pois entendemos que esta não se aplicaria ao tempo disponível para a realização da pesquisa. A etnografia nos foi inspiração, pois entendemos, segundo Geertz (1989, p. 32), que “os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças), eles estudam nas aldeias”. Ou seja, é no *estar lá*⁴ que o pesquisador formula suas interpretações, ressaltando que, para o autor,

esta é de segunda e terceira mão, pois apenas o nativo faz a interpretação de primeira mão, da sua cultura. Procurando assim, estarmos presentes na realidade de nossos sujeitos de pesquisa, utilizamos da observação participante e do registro em diário de campo, nos aparando em autores como Brandão (2007), Malinowski (1976) e Foote-White (2005).

Para instrumentalizar o campo e como forma de coleta de dados, utilizamos a ferramenta das entrevistas que foram realizadas tanto de forma livre, como semiestruturadas. As entrevistas livres foram empregadas como forma de adentrar no cotidiano da Comunidade, entendendo que a pesquisa perpassa uma relação de confiabilidade, onde o diário de campo foi crucial para registrar todas percepções. As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas com a intenção de capturar profundamente aspectos específicos de interesse da pesquisa, sem ficarmos presos aos roteiros semiestruturados que foram um norte, nunca utilizados como um manual seguido ao extremo. O nosso interlocutor teve a sua palavra privilegiada e através do acionamento da sua memória, buscamos a possibilidade de conhecer sua história e seus modos de vida. Temos o entendimento de que as entrevistas ocorreram de forma dinâmica, respeitando as singularidades de cada entrevistado, realizadas com o consentimento e compreensão de quais seriam os resultados.

Em suma, verificamos que nossas opções nos levaram para um campo dinâmico, onde os momentos metodológicos não ocorreram de forma linear e muito mais de forma dialogada. Uma relação durante todo o processo da pesquisa, o que nos proporcionou não uma comprovação de hipóteses, mas a possibilidade de adentrar na Comunidade do Touro e conhecer seus lugares, gentes, movimentos e modos de vida.

A diversidade Norte Mineira

A ocupação das terras Norte Mineiras, ocorreu através das grandes fazendas de gado do Nordeste que seguiram as margens do Rio São Francisco e alcançaram a região, trazendo a pecuária extensiva e o avanço dos latifúndios (PAULA, 2009, p.65). Em função disso, foi primeiramente denominado de *Currais da Bahia*, pertencendo às Capitanias da Bahia e de Pernambuco, e foi em 1720 incorporado à capitania de Minas Gerais.

Compreendemos a diversidade do Norte de Minas, tanto ambientalmente, como culturalmente. Costa (2005, p.28) afirma que no imbricamento dos processos civilizatórios ao longo da trajetória histórica regional, as características de cada agrupamento humano que se fixou na região, “contribuiu para dar à essa sociedade e à sua cultura, a sua singularidade que a faz única no conjunto das sociedades que compõem a humanidade”. Para o autor, a diversidade faz do lugar a síntese da nação brasileira, assim temos os povos tradicionais que através de suas culturas, identidades específicas e contrastivas, compõem o mosaico identitário regional. Dentre eles, os veredeiros, quilombolas, xakriabás, vazanteiros, geraizeiros e caatingueiros.

Como vimos, o Norte de Minas é caracterizado por sua grande pluralidade, porém, com base em discursos que descrevem a região como lugar de atraso e miséria, se tornou alvo de políticas desenvolvimentistas, vindas como proposta de nivelar o desenvolvimento econômico aos padrões alcançados por outras mesorregiões do estado ou do Brasil. Compreendemos que a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, é resultado deste discurso de integração, facilitando a entrada de capitais nacionais e internacionais para agenciarem o crescimento econômico almejado.

Em 1965, a modernização do campo cria bases no norte de Minas Gerais, através da sua inserção na área de atuação da SUDENE. Elaborada por Celso Furtado e instituída nos anos de 1959, no governo de Juscelino Kubitschek, o órgão objetivava implantar políticas públicas para promover e coordenar o desenvolvimento das áreas afetadas pela irregularidade pluviométrica e dentro de um contexto considerado de atraso econômico (FURTADO, 1998). Como evidenciado por Barbosa (2014, p. 44), iniciou-se um processo de modernização, principalmente através de linhas de financiamento⁵, podendo verificar cinco principais pilares deste processo: agricultura e fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva, monocultura de algodão e incentivos à industrialização de algumas cidades.

É importante ressaltar que cada município Norte Mineiro foi atingido por estes eixos de desenvolvimento, de maneira e intensidades diferentes. Dito isso, utilizamos como crítica, a categoria de *des-envolvimento* aplicada por Porto-Gonçalves (2004), nos referindo a estas políticas que passaram a representar o não envolvimento, pois *des-envolver* é tirar a autonomia que “cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com seu território; é

subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 39).

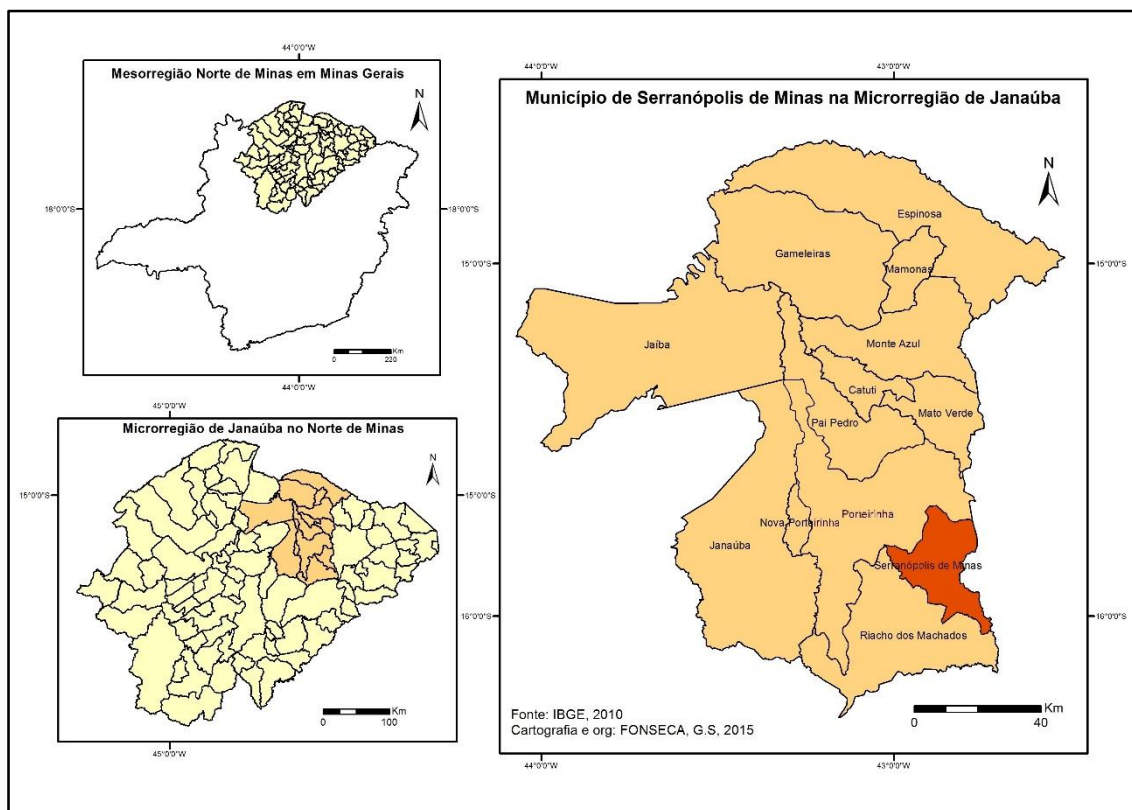
Na povoação da Serra Geral, onde está localizado o município de Serranópolis de Minas, as políticas de des-envolvimento concentraram-se na monocultura algodoeira e como apontam Feitosa e Barbosa (2006), muitos dos agricultores familiares passaram a acessar créditos rurais e vender suas produções para agroindústrias, transformando suas propriedades em minifúndios monocultores. Relação que causou grande dependência a essa nova lógica, trazendo inúmeras consequências, principalmente porque depois do *boom* do algodão houve uma grande crise do produto. Passaram do desenvolvimento para o não envolvimento.

Do desenvolvimento ao não envolvimento: a monocultura de algodão

A Comunidade do Touro, está localizada no município de Serranópolis de Minas, que segundo a regionalização de 1990 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertence a mesorregião Norte de Minas, que compreende 89 municípios distribuídos em sete Microrregiões: Bocaiúva, Montes Claros, Janaúba, Januária, Salinas, Grão Mogol e Pirapora. Serranópolis de Minas está na Microrregião de Janaúba (MAPA 1), juntamente com Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Riacho dos Machados, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro e Porteirinha. Sendo limítrofe a Porteirinha, Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas (microrregião de Salinas).

No que se refere as características específicas da povoação da Serra Geral, segundo dados do Projeto Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Norte e Noroeste de Minas (NEDET, 2016), a população total é de 285.678 habitantes, dos quais 36,82% vivem na zona rural. Possui 19.357 agricultores familiares, 1.793 famílias assentadas e 21 comunidades quilombolas. A população rural relativa desse espaço com 36,82% é comparativamente maior do que a média nacional (15,6%) e estadual (14,7%) (BARBOSA; ZIMMERMANN; TECCHIO, 2013, p.171). Assim como parte do Norte de Minas, o território da Serra Geral, configura-se como uma região semiárida, prevalecendo a economia agrária e pecuária, voltada para o mercado local e regional, “cuja população há décadas convive com um forte grau de pobreza econômica” (NEDET, 2016, p.4).

Mapa 1: Localização do Município de Serranópolis de Minas



Fonte: IBGE, 2010.

Cartografia e Org.: FONSECA, G. S., 2015.

Adaptação: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2019.

Observando a situação inerente a Serranópolis de Minas, a prevalência rural é mais representativa ainda (TABELA 1), pois a partir dos dados disponíveis sobre a população local, percebemos que esta predominância é mantida. Em 1991 a população rural era de 71,25%, em 2000 de 61,20% e segundo o último censo do IBGE, em 2010 de 66,80%.

Tabela 1: População rural, urbana e total de Serranópolis de Minas-MG. 1991, 2000 e 2010

CENSO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1991	1.302	3.226	4.528
2000	1.567	2.471	4.038
2010	1.728	2.697	4.425

Fonte: Dados do IBGE e da Fundação João Pinheiro.

Org: Maria Cecília Cordeiro Pires, 2019.

Apreciando estes dados segundo as contribuições de Veiga (2004), podemos afirmar que falamos de um município rural, mesmo com a estimativa do IBGE de aumento da população para 4.781 pessoas em 2019. Segundo o autor foi através do Decreto nº 311 de 2 de março de 1938, que surge o equívoco de designar que toda sede de município é cidade. Uma definição estritamente administrativa, que não demonstra a realidade e não considera critérios estruturais e funcionais, como, por exemplo, localização, número de habitantes, de moradias, densidade demográfica, a existência de serviços, entre outros. Atualmente no Brasil são cerca de 5.570 municípios, logo cidades, mas Veiga (2004) já apontava que mais de 80% das sedes dos municípios rurais não poderiam ser designadas enquanto cidades, onde a maioria tinha menos de 20 mil habitantes. “Seja como for, uma coisa é certa: nem tudo é urbano” (VEIGA, 2004, p.29).

Buscando entender como foi a povoação de Serranópolis de Minas, o IBGE aponta para a imprecisão sobre a data de chegada dos primeiros povoadores, porém, sabe-se que teve início durante o século XIX. Galdino Teixeira de Souza, fundador da Fazenda Conceição, por isso, conhecido como Galdino da Conceição, foi um dos mais antigos moradores da região, participando da fundação do Povoado de Nossa Senhora do Jatobá, que depois veio a ser o Distrito de Jatobá. Além de Galdino, chegaram ao local, entre meados e final do século XIX, atraídos pelas terras férteis e pelas abundantes águas do Rio Mosquito, outros pioneiros, como Ananias José Alves, Antônio dos Santos e Oscar Antunes, oriundos de Jacaraci e Condeúba, na Bahia. Que vieram a ser, no início do século XX, os principais representantes políticos da região.

A formação administrativa iniciou-se em 30 de agosto de 1911, pela Lei nº 556, criando o distrito de Nossa Senhora do Jatobá, nome que deve-se à grande quantidade de jatobazeiros existentes às margens do rio. Pela Lei nº 805, de 22 de setembro de 1921, por razões desconhecidas, a sede do distrito foi transferida para o Povoado de São Joaquim da Porteirinha (atualmente Porteirinha). O povoado de Jatobá recuperou a condição de sede de distrito em 1936 e após a emancipação de Porteirinha (Decreto nº148/1938), desmembrou-se de Grão Mogol e passou a compor essa nova unidade administrativa, mudando seu nome em 1944 para Serranópolis. No dia 21 de dezembro de 1995, através da Lei nº 12.030, foi criado o município de Serranópolis de Minas, instalado a 01 de janeiro de 1996.

Deste modo, assim como outros municípios próximos, Serranópolis de Minas origina-se através de povoadores vindos da Bahia e demais regiões do Nordeste, lugar de passagem de tropeiros e de encontros múltiplos. Os acontecimentos históricos, as relações com o ambiente e demais fatores socioeconômicos são determinantes nas formações das tradições, modos de vida e cultura.

Desta maneira, visto que a Comunidade do Touro está situada nas áreas de caatinga do sopé na Serra Geral e por ter a reprodução da vida baseada na agricultura das variedades mais resistentes as secas, o algodão foi cultivado, em um tempo onde era atividade realizada principalmente por camponeses. Seu Geraldo nos relatou que a cultura era antiga e o cultivo acontecia consorciado com outras plantações, objetivando o sustento das famílias e a produção de roupas. Seu pai foi um dos poucos agricultores que permaneceu com a plantação tradicional e não utilizou financiamentos públicos:

Maria Cecília: Então o seu pai plantou algodão?

Geraldo: Plantava, mas era dessa mesma forma, tinha feijão consorciado, melancia, milho, abóbora, cabaça. E o algodão era antigo aqui, que o pessoal vivia no tempo do algodão, vivia em cima era do algodão, tanto para fazer as roupas e o pessoal usou muito e depois disso que veio a monocultura e isso já foi para arrasar. (Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)

Porém, como vimos, através dos incentivos a monocultura algodoeira, houve a introdução de uma diferente perspectiva, que como apontado por Dayrell (1998, p.3), trouxe tração motorizada, substituindo os sistemas diversificados de produção de alimentos e fibras. Enquanto política de des-envolvimento, fez vigorar um novo tempo do algodão, onde os programas e créditos rurais eram incentivados a partir da “incorporação parcial de pacote tecnológico desenvolvido a partir das premissas da revolução verde⁶, estimulando a modernização de um setor da agricultura familiar” (DAYRELL, 1998, p.3).

O *boom* do algodão foi especialmente entre as décadas de 1960 a 1980, onde o discurso dominante era de que a monocultura traria desenvolvimento, progresso, modernidade, gerando muito emprego, o que estimulou sonhos e expectativas de melhoria de vida. Naquele momento, a cotonicultura foi tida como muito importante para o Norte de Minas, colocada como um possível incentivo para a diminuição das migrações do campo para a cidade. Em meio a esse turbilhão de expectativas, buscamos entender, junto

aos agricultores do Touro, o que significou a monocultura, as mudanças e todos seus aspectos complexos. O agricultor Levi Quaresma dos Santos, de 49 anos, nos contou a experiência de sua família com o acesso aos créditos para a monocultura de algodão.

Levi: Nasci aqui nessa comunidade mesmo, a uns três quilômetros e sempre trabalhei na roça e a partir dos 18 (anos) me envolvi com movimentos sociais, na igreja, pastorais e só no sindicato (dos trabalhadores rurais de Porteirinha) fiquei 15 anos e meio, cansei as pernas de ficar para lá. E hoje, hoje eu estou aqui, não gosto de reunião mais, cansei. Mas gosto da roça, levantar quatro e meia da manhã e até ontem mesmo umas vinte para oito (horas) eu estava almoçando. Estudei até a segunda série. [...]

Maria Cecília: Em Porteirinha o algodão foi muito forte. E aqui na Comunidade?

Levi: Tinha (algodão), eu sou da época do auge do algodão. Era uma época que diz que era rica, mas se for imaginar mesmo, rica de gente pobre. Às vezes você tem um ou outro, trabalhava um tanto de gente, mas esse dinheiro canalizava para um pequeno grupo, sabe? Não sobrava aquela coisa não. Já começava vendendo o algodão as vezes antes de plantar, sabe? E no final sobrava o mínimo, mas tinha um movimento. Ficar dependendo, o povo que sai hoje para trabalhar lá no café, você tinha os daqui que, igual lá em casa mesmo, pai tinha quinze, dezoito pessoas trabalhando mais ele direto, era aqui. Gerava emprego, mas no fundo no fundo não sobrava essas coisas também não. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

Hoje a reflexão de Levi é que na verdade o período da monocultura foi uma época “rica de gente pobre”. A partir do momento em que financiaram suas plantações tiveram que mudar toda a lógica, a grande diversidade de espécies cultivadas se transformou em um extenso campo de *ouro branco*. Nas grandes fazendas do lugar também haviam o monocultivo, porém, é no acesso dos pequenos agricultores aos créditos que a crise atingiu fortemente. Os financiamentos possibilitavam investimentos, mas dentro da lógica de modernização. Empregos temporários realmente surgiram, como descrito por Levi, todavia, no início da década 1990, chega o fim do ciclo do algodão nessa região (FEITOSA; BARBOSA, 2006) e aparentemente a partir deste declínio que as situações nocivas foram percebidas e sentidas.

Na busca de compreender a razão para a crise, muitas causas são apontadas como provocadoras. Uma das razões mais citadas, entre estudos e moradores, está o aparecimento da praga *bicudo*. Segundo relatos, o *bicudo* é uma praga difícil de controlar e isso, sem dúvidas influenciou para o declínio da produção e trouxe também para o campo a presença do *veneno*, que contaminou os trabalhadores e era uma orientação feita por técnicos para o controle da praga. A questão do veneno tornou-se algo normalizado e

era sempre incentivado pelos fiscais que iam visitar as lavouras, afim de conferir se ali estava sendo cultivado uma monocultura de fato. “*Os fiscais a gente via que vinha nas roças que fazia os empréstimos no banco, vinha toda semana para ver, se tivesse um pé de maxixe eles arrancavam*”⁷. A prática do veneno hoje é entendida como muito prejudicial as terras da Comunidade, afetando inclusive as águas do rio.

Outro destaque para o declínio do algodão é a divergência entre os interesses políticos, de empresários e fazendeiros, com os interesses e a realidade dos pequenos agricultores. A figura mais citada é a dos *atravessadores*, empresários e políticos locais que compravam o algodão para vender para usinas, eles possuíam agroindústrias de beneficiamento de algodão estabelecidas no município de Porteirinha. Os agricultores vendiam para eles e com o tempo criou-se o costume de vender *na folha*, isto quer dizer, que antes mesmo de colher o algodão vendiam a produção por adiantamento, fazendo com que a comercialização fosse mais barata e com isso acabaram adquirindo dívidas. Esse processo foi conflituoso, resultando em constatações de que foram os atravessadores os únicos que realmente lucraram com a monocultura.

Como forma de demonstrar sinteticamente, esses processos que refletiram na agricultura familiar e nos modos de vida locais, elaboramos o quadro abaixo (QUADRO 1), representando os tempos do algodão e as dinâmicas postas na Comunidade.

O sentimento lembrado desta época é contraditório. Ao mesmo tempo relatam sobre o aumento de empregos, mas ressaltam que as expectativas não foram sanadas e a crise da monocultura talvez tenha vindo como salvação. Salvou os agricultores de uma degradação que só pioraria com o tempo, já que os efeitos poderiam ser intensificados.

Assim, viveram o tempo do algodão para o auto abastecimento familiar, onde viviam no lugar, mesmo que convivendo com *dificuldades*. Depois no contexto da modernização conservadora do campo, viveram o tempo da monocultura para fins comerciais. Houve uma permanência, fruto da esperança de riquezas que o *ouro branco* proviria, mas com a crise algodoeira, viveram e vivem no tempo do depois, do que está sendo. Onde novas estratégias foram necessárias e para ficar, muitos precisaram sair do lugar, vivendo no tempo das migrações. Nos dedicamos a partir de agora a narrar um pouco deste novo tempo que a Comunidade do Touro vive, pós monocultura, pensando nas resistências criadas.

Quadro 1: Os Tempos do Algodão

O Tempo do Algodão
<p>1ª metade do século XX</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema diversificado de produção de alimentos e fibras, garantia uma relativa autossuficiência alimentar e autonomia do caatingueiro em relação ao mercado. • As reservas de valor que conseguiam acumular eram transferidas para a aquisição de cabeças de gado. Enquanto as terras ainda eram soltas, esta reserva ainda era maior, uma vez que podia acumular um número maior de cabeças, mesmo sendo proprietário de uma pequena gleba de terra. • Esta reserva lhe fornecia uma maior segurança para enfrentar os períodos cíclicos de seca.
O Tempo da Monocultura de Algodão
<p>2ª metade do século XX</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esta situação evoluiu para uma situação de subordinação do caatingueiro ao capital comercial e financeiro, uma vez que passou a depender de recursos externos para comprar os insumos, preparar os terrenos e entregar o seu produto a um mercado fortemente oligopolizado para, então, saldar as dívidas contraídas. • Condicionou uma mudança na estratégia produtiva do caatingueiro, que se vê impotente frente às forças de mercado. • Em 1992, a crise gerada pela entrada do bicudo e pelos baixos preços pagos pelo algodão, obrigou a uma drástica diminuição da área plantada com esta cultura.
O Tempo do Depois
<p>A partir de 1990</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo de dependência externa e de inviabilização da cultura do algodão veio somar à baixa produtividade das terras anteriormente férteis da caatinga, degradadas pelo uso intensivo de maquinaria pesada, onde não foram difundidas as mínimas práticas de conservação dos solos, associados com os anos seguidos de monocultivo. • Os agricultores familiares precisaram se reestabelecer em condições de restrições ambientais (solos desgastados e escassez de recursos hídricos) e socioeconômicas (estavam, em grande parte, endividados e em situação de empobrecimento ascendente).

Fonte: DAYRELL, 1998; FEITOSA e BARBOSA, 2006.

Org: Maria Cecília Cordeiro Pires, 2019.

Dinâmicas de vida e resistências na Comunidade do Touro

Enquanto buscávamos compreender os impactos da monocultura foi notória a associação que os moradores fazem com as migrações. Processo que aparece como resultado pós crise do algodão. Aqueles que se inseriram na lógica da monocultura, acessando os créditos oficiais ou trabalhando nas zonas em que havia o monocultivo, precisaram parar de produzir suas roças de gêneros alimentícios, introduzindo práticas que afetaram a diversidade e provocaram o desgaste dos solos e águas.

A monocultura trouxe expectativas positivas, porém, com o declínio, restaram poucas alternativas. Muitos estavam endividados por conta dos créditos e das vendas

antecipadas aos atravessadores. Ficou difícil voltar a plantar com as terras destruídas, onde estavam adaptados a um cultivo a partir dos pacotes agroindustriais, além das dificuldades hídricas. Esta realidade foi vivenciada também em outros lugares atingidos por este modelo de desenvolvimento. Como exposto por Feitosa e Barbosa (2006, p.181), “se, por um lado, provocou a ‘modernização do campo’, por outro, implicou o empobrecimento dos agricultores familiares, a degradação dos recursos naturais e a manutenção da concentração fundiária”.

Pior que já vinha um pacote, o pessoal usava máquina pesada para gradear as terras, tinha que passar veneno toda semana também, porque vinha o pacote completo, então com isso foi uma perda muito grande que as pessoas tiveram. Aí ele tinha com o algodão, além de pagar o empréstimo, tinha que comprar todas as outras coisas. E muitas dessas pessoas perderam as suas terras por causa disso, não conseguia pagar o banco e os documentos ficava tudo no banco. Os bancos leiloaram muito dessas terras, para poder cobrir lá aquele financiamento que era feito e muitas pessoas também que era avalista perderam também. (Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

O tempo do algodão que passou a ser regido pela monocultura, instaurou os tempos das migrações, com objetivos e trajetórias relacionados grandemente a geração a que pertence o migrante. Com os trabalhos de campo tivemos a possibilidade de analisar as dinâmicas de vida e migração na Comunidade do Touro, ouvindo as experiências dos sujeitos migrantes, familiares e vizinhos, ou seja, os moradores do lugar que vivem os dois lados do processo, o sair e o ficar.

Identificamos dois tipos de migração na Comunidade, que segundo as classificações de Martins (1988, p.49), são cíclicas e não-cíclicas. As cíclicas são aquelas propriamente ditas temporárias, com ritmo marcado e tempo certo de saída e retorno. São dominadas pelos tempos das estações do ano, plantios e colheitas, combinando ciclos agrícolas distintos e evoluindo do camponês ao boia-fria. Já as migrações não-cíclicas, podem destinar também as áreas urbanas, envolvendo trabalhos em indústrias, comércios, construção civil, grandes obras públicas e privadas. Este tipo é dominado pelo capital, tem o tempo subjugado e irregular, tendendo a se tornar “permanente”. Visto isto, “as condições e os efeitos sociais de cada uma dessas modalidades são diferentes entre si e envolvem concepções diferentes do que é “temporário” e do que é migração temporária” (MARTINS, 1988, p.49).

No Quadro 2 expressamos sinteticamente a dinâmica desses movimentos, os destinos que foram citados e as ocupações de trabalho nestes lugares.

Quadro 2: Destinos e Ocupações dos Migrantes da Comunidade do Touro

DESTINOS CITADOS	OCUPAÇÃO
Minas Gerais (Norte de Minas) <ul style="list-style-type: none"> • Porteirinha • Riacho dos Machados • Serranópolis de Minas • Montes Claros • Jaíba 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos em Comércio (supermercados, sonequias, lojas): atendentes, entregadores, faxineiros, etc.; • Trabalho Doméstico; • Trabalhos na Mineradora; • Trabalhos em Prefeitura; • Trabalhos nas <i>Firmas</i>; • Servente de Pedreiro.
Minas Gerais (Sul de Minas) <ul style="list-style-type: none"> • Turvolândia • Campos Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> • Hortifrúti; • Colheita de Café; • Corte de Capim Braquiária.
São Paulo <ul style="list-style-type: none"> • Indaiatuba • Cajuru • Pedregulho • Buritizal • Santo Antônio do Jardim • Cristais Paulistas 	Área Urbana <ul style="list-style-type: none"> • Qualquer emprego disponível: fábricas, <i>firmas</i>, construção civil, etc. Área Rural <ul style="list-style-type: none"> • Hortifrúti; • Corte de Cana; • Corte de Capim Braquiária; • Colheita de Café.
Mato Grosso <ul style="list-style-type: none"> • Primavera do Leste 	<ul style="list-style-type: none"> • Colheita de Algodão e Trabalhos em Usina de Beneficiamento.
Mato Grosso <ul style="list-style-type: none"> • Primavera do Leste 	<ul style="list-style-type: none"> • Colheita de Algodão e Trabalhos em Usina de Beneficiamento.

Fonte: Pires (2019), Trabalhos de campo 2017, 2018 e 2019.

Org: Maria Cecília Cordeiro Pires, 2019.

Dentro do contexto migratório, os moradores fazem uma diferenciação entre os trabalhos nas *firmas* e nas *fazendas*. As *firmas* designam os trabalhos em empresas, tanto no perímetro urbano, como empresas agrícolas. Já quando se referem aos trabalhos temporários nas colheitas, citam as *fazendas*.

Verificamos em nossa pesquisa uma diferenciação entre o lugar do trabalho e o *lugar da gente*. Mesmo vivendo uma vida marcada pelo ir e vir e conceber que no destino conseguem o sustento, o *estar lá* é o tempo marcado pela não identificação, tratando-se então de um não-lugar. De acordo com a conceituação de Augé (2002, p.95), o lugar é carregado de significados e memórias, é identitário, relacional e histórico. Na oposição

disso, encontramos o não-lugar, enquanto um espaço de utilidade que “não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude”. Desse modo, nas migrações os sujeitos se dirigem para um não-lugar, ou simplesmente o lugar do trabalho, da lida, que apesar de todos os pesos negativos, representa a forma de angariar os recursos para viver no *lugarzinho da gente*.

Deixar a casa, o lugarzinho da gente, você vai morar no que é dos outros nunca que você vai dizer que você fica direto. A não ser que chega lá e você adquire uma casa na cidade, vai morar, mas não é igual o lugar da gente. Inclusive lá mesmo, lá no sul (de Minas), meu conhecimento é grande lá, o pessoal lá eu tenho muita amizade, eu me sinto quase igual aqui mesmo. Mas não assim, porque aqui é mais, mas eu gosto muito de lá, o povo tem muita amizade, mas não é igual o lugar da gente. (Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

O *lugar da gente* é onde as identidades foram desenvolvidas, é lá que a festa ocorre e a família está. É onde os agricultores sentem segurança e liberdade de realizar com autonomia seus desejos. No lugar da gente eles não são subjugados, não respondem a um patrão, são donos do tempo e dos seus modos de vida e viver. Entre lugar e não-lugar vivem os sujeitos de vidas migrantes, porém, a migração está na ação de deslocar-se, não representando uma identificação.

Enquanto alguns saem, outros ficam. Os que permanecem no lugar, esperam o retorno dos migrantes e garantem a permanência e os cuidados na propriedade da família. Daqueles que ficam, existem os que dependem diretamente da renda das migrações, outros encontraram diferentes estratégias, demonstrando existir no Touro outras formas de resistências. A resistência daqueles que ficam.

Por gerações, homens e mulheres saem do Touro como forma de sustento, as primeiras gerações veem agora seus filhos também saindo. No interior das famílias de migrantes, existem histórias daqueles que ficam, dentre elas, descrevemos como exemplos dessas histórias, a trajetória de vida dos irmãos Geraldo Gomes e Lia, que ficam no lugar enquanto seus outros irmãos migram.

Seu Geraldo Gomes é um exemplo de quem guarda a tradição e aprendeu a lidar com as dificuldades hídricas. Caminhando pela Comunidade em sua companhia pudemos ver e conhecer um pouco da importância de seu trabalho, ele preserva o que aprendeu com seu pai e avô aos 7 anos de idade. Suas plantações são em consórcio, que significa plantar em conjunto uma gama de variedade de espécies, considerando inclusive os

animais nativos como importantes no processo. Com paciência e orgulho da sua resistência, Seu Geraldo nos contou e mostrou com detalhes a sua roça (FOTOGRAFIA 2), que segundo terceiros era tida como *roça de doido*, mas que representa a preservação da tradição camponesa, da negação ao veneno e ao financiamento.

Fotografia 2: As Variedades Caatingueiras de Seu Geraldo Gomes



Fonte: Pires (2019), Abril de 2018.

Ele é grande referência na região, viajando pelo mundo para levar e compartilhar seu conhecimento, sendo premiado⁸ e reconhecido por várias instâncias, mesmo considerando não receber apoio e valorização do município de Serranópolis de Minas.

Seu Geraldo é um homem do campo ativo nos movimentos sociais⁹, nas paredes da sala de sua casa nos mostra com orgulho seus certificados pendurados e pôsteres de evento científicos que participou. Recebe constantemente visitas de várias partes do Brasil e de outros países, possuindo vários cadernos de presença, onde constam todos os nomes daqueles que foram conhecer seu trabalho e o seu banco de sementes crioulas, que conta com mais de 200 espécies, preservando as diversidades locais mais resistentes a secas.

As sementes crioulas guardam histórias, pois são resultado do trabalho de gerações de agricultores que selecionaram, multiplicaram e compartilharam. Todo ano Seu Geraldo seleciona e melhora as sementes que ficam guardadas no cômodo que construiu ao lado da casa, ele também resgatou variedades que desapareceram da Comunidade, assim como leva suas sementes em encontros, feiras agroecológicas e até envia para outras pessoas através dos correios. Antigamente as sementes eram compartilhadas ou trocadas, mas hoje além das trocas Seu Geraldo as vende nestes momentos de encontros ou quando o procuram em casa. Sua produção de frutas, como tamarindo e maracujá, é destinada para a Cooperativa Grande Sertão¹⁰. Ele também comercializa licores que a família faz a partir de frutas, raízes, folhas e sementes.

O fato do pai de Seu Geraldo não ter financiado a roça no período da monocultura algodoeira, foi um fator de extrema importância para a preservação desta tradição. Juntamente com isso, para que hoje a família ainda consiga manter sua resistência, contam com o papel importante dos movimentos sociais, onde encontram amparo. Outros sujeitos que nunca migraram, demonstraram também a relação entre: apoio dos movimentos sociais e permanência. Ele conta com uma rede de parceiros, dentre eles a Cooperativa Grande Sertão, o CAA/NM, STR de Porteirinha¹¹, Redes de Agrobiodiversidade, Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que para Seu Geraldo: *“são formas de organização nossa, de pequenos agricultores, mas que muitos não entendem isso”*.

Conhecer de perto a riqueza de espécies que Seu Geraldo e sua família cultivam, propiciou uma desmistificação da região caatingueira. Existe uma dinâmica das águas que foi modificada com o tempo e que passa por novos desafios, revestido da velha quebra de braço entre expansão capitalista e natureza.

Os agricultores do Touro criam e recriam suas formas de resistir, apontam certas mudanças que faz, da roça um lugar mais fácil de viver, ainda que com muita luta. Citam alguns benefícios como a aposentadoria e o Programa Bolsa Família, embora convivam

com os presentes receios sobre o futuro. Entre tantas histórias de resistência, conhecemos Lia e Levi, que permanecem na Comunidade através da fabricação familiar de requeijão, um produto que, assim como o queijo, vem se destacando nos municípios norte mineiros da Serra Geral.

Como o principal meio de sustento da família é o requeijão, a rotina é estabelecida segundo sua produção e outras atividades secundárias de plantações, criação de pequenos animais, entre outros. O Levi fica por conta de cuidar do gado, que ficam acomodados em uma parte cercada mais à frente da casa. Coloca ração e soro, tira o leite e dependendo da época ainda precisam comprar uma quantidade fora, mas “*serviço não falta não*”. Levi executa as etapas para a fabricação do requeijão que precisam de maior esforço físico, “*amassar ou bater nata*”. Além dessas atividades, “*conserta uma cerca, cuida de porco*” e assim por diante. A comercialização é feita na própria casa quando há procura e durante a *feira* que acontece aos sábados no mercado municipal de Porteirinha-MG.

O requeijão não era um costume da família, o produto entrou em suas vidas há cerca de 14 anos, a partir da experiência de Levi com os movimentos sociais, pois na época de seu pai não possuíam gado, geralmente vendiam suas forças de trabalho aos fazendeiros.

Pai nunca tirou leite, nem vaca a gente tinha. Aí com o tempo comprou um pedacinho de terra, mas não era de leite também não, a gente sempre trabalhou nas fazendas por dia. Só que depois participando dos movimentos, você vai vendo as coisas. Eu sempre gostei dessa chamada agricultura familiar, porque eu sou curioso com essa questão, ou você é empregado ou você trabalha para você. E a agricultura familiar eu sempre apostei, porque é uma coisa que você faz para você, não tem como reclamar, ou você desenvolve ou você reclama de você mesmo. E aí eu fui aprendendo no dia a dia, até hoje ainda tem coisa que é desafio. Mas isso é com o tempo, você escuta um aqui, escuta outro e vai construindo uma proposta. Hoje o requeijão nosso é um requeijão antigo, mas ninguém que fazer ele mais não, é um requeijão sem desnatar, ele é trabalhoso. Mas eu não sei se é porque você mexe com a cultura antiga, o gosto antigo, dificilmente volta um para reclamar. Só que é assim também, se eu não tiver um padrão nele eu não levo para a feira também não. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

O requeijão trouxe a família a autonomia e o sustento, hoje valorizam a permanência no lugar, vivendo como agricultores familiares, não precisando ser *empregado de ninguém*. Levi também salientou que não saberia dizer como estaria, caso não produzisse o requeijão, já que cada dia mais o trabalho manual está sendo substituído pelas tecnologias. “*Eu aprendi a roçar manga de foice, cortar de machado, cavacar de*

escavadeira, aí hoje você tem um trator que abre um buraco em dois segundos e eu vou gastar no mínimo vinte. O cara não vai chamar eu, vai chamar o trator". Além de tudo, por mais *trabalhoso* que seja o requeijão, hoje eles se identificam com o trabalho e sentem prazer em fazê-lo: *"eu gosto e a gente tem que fazer o que gosta. E é igual eu falei, eu continuo achando que é uma saída"*.

Dito isso, compreendemos que ficando ou saindo, os homens e mulheres do Touro no fundo querem estar no seu canto, *no lugar da gente* e poder viver através do modo de vida rural.

Considerações finais

Este artigo objetivou compreender as dinâmicas que envolvem os incentivos a monocultura algodoeira enquanto política de "desenvolvimento" e os processos migratórios e de resistência, a partir da pesquisa na Comunidade do Touro. Tratamos de categorias e fatores históricos que se encontram em disputa em vários campos. Deste modo, dentre elas, buscamos refletir sobre desenvolvimento através da revisão bibliográfica, que nos elucidou os discursos dominantes, contrapondo com um olhar de dentro através da empiria.

Compreendemos que o campo brasileiro, a partir das premissas da modernização conservadora e das ações pró desenvolvimento, foi exposto a contradições e tentativas de descaracterização de modos de vida das populações nativas. Os homens e mulheres do campo e do Norte de Minas, conviveram com estigmas e representações, que contribuíram para a invenção desses lugares enquanto ambientes "vazios". Discursos que foram utilizados para atender a interesses particulares, resultando em políticas públicas excludentes.

Desenvolvimento passou a ser associado a ideologias, modernização, crescimento econômico e o mais agravante, tornou-se um caminho único, uma "solução" para todos os aspectos de atraso existentes e "inventados". Em função disso, nos apropriamos da crítica de Porto-Gonçalves (2004) tratando as políticas desenvolvimentistas, como políticas de *des-envolvimento*, ou seja, representando o não envolvimento e o ataque a autonomia dos povos e comunidades tradicionais.

As críticas a este modelo de desenvolvimento são de suma importância para questionar ideias que, por muito tempo, pareceram intrínsecas ao processo, como o progresso, a linearidade da história e a separação homem e natureza. Essas associações rudimentares acabam perpetuando estigmas e a partir da naturalização de tais questões, as alternativas de superação aparecem justamente enquanto um modelo de desenvolvimento falacioso. Desta maneira, perpetuam-se conflitos, entre aqueles que impõe políticas e os que tem os modos de vida desprezados.

É necessário propor novas soluções, através da ação coletiva e pela diversidade. Percebemos a carência de políticas que proporcionem o ficar, pois é preciso que elas possibilitem chances de um viver digno, adequadas as culturas e especificidades dos povos.

O estudo no Touro demonstrou ser uma opção importante, já que esta Comunidade, localizada no sopé da Serra Geral, em uma região semiárida e de predominância da caatinga, dentre os eixos de desenvolvimento estimulados para o Norte de Minas, conviveu com a monocultura de algodão. Em um trabalho que buscamos, através da pesquisa qualitativa e inspirados pela etnografia, conhecer as histórias de vida do lugar, tanto dos que saem, como dos que ficam, foi impossível desvencilhar o texto de uma análise sobre o período da monocultura.

As memórias dos sujeitos nos revelaram uma Comunidade que vive entre tempos. Viveram tempos do algodão. Um tempo em que o produto fazia parte da cultura, era transformado em linha, tecido, depois em peças de roupas e afins. Era cultivado em conjunto com as variedades caatingueiras, de milho e feijão, por exemplo.

Anunciaram o progresso e evocaram que aquele produto, adaptado ao clima semiárido, traria o desenvolvimento. Porém, para que isso acontecesse, os tempos do algodão deviam passar a se reger pelo tempo da monocultura, os incentivos estavam prontos, créditos disponíveis, pacote completo. Era prometido aos pequenos agricultores grandes prosperidades, em troca, porém, foi preciso deixar de lado todas as outras culturas. As cores das diversidades de espécies deram lugar aos campos brancos de algodão.

O progresso? Bom, não chegou. Novo tempo começou para os agricultores do Touro, a reestruturação e resistências foram necessárias e dentro disso começam os caminhos das migrações. Se findou o algodão, uma crise que envolveu uma praga (*bicudo*), mas também um sistema que anunciava fracasso para o pequeno agricultor. Foram relações complexas com os *grandes*, aqueles que compravam para suas usinas de

beneficiamento. Houveram adiantamentos, empréstimos e um momento em que não conseguiram mais produzir. Estavam endividados, com águas e terras degradadas, novas alternativas ou a falta de alternativa, fez com que novos caminhos fossem trilhados. Inicia-se, então, os tempos das migrações.

As migrações analisadas enquanto processo, demonstraram sua complexidade, juntamente com características peculiares as gerações dos migrantes. Os primeiros a sair passaram por essa transição do final da monocultura. Saíram à procura do “algodão” do outro lugar, ou seja, um meio que fornecesse a reprodução da vida e assim, começaram as saídas. Idas para outros municípios Norte Mineiros, para o Sul de Minas, São Paulo e Mato Grosso. Trabalhos nas cidades e nas colheitas. Travessias que transformam os que saem e os que ficam.

Compreendemos que os povos e comunidades do campo resistem a um ciclo vicioso de expropriação e expulsão dos seus territórios de vida. São encurralados pelas promessas de progresso, resistem e novamente são encurralados. No Touro foram afetados pelo pacote da monocultura e hoje, após novos recomeços, veem a situação agravante do rio assoreado por práticas inadequadas e pelas empresas *Areiras*¹². O caminho único para o desenvolvimento desagrega as vidas dos moradores, que precisam criar estratégias de resistências. A migração é uma dessas estratégias, um partir sofrido e um *viver lá* de muitas saudades. Saudade da família, da Comunidade e de um tempo onde, mesmo com dificuldades, viviam mais felizes.

Os novos tempos, e as idas e vindas dos migrantes, modificam suas vidas e seus sonhos, há uma cobrança em demonstrar que foram bem-sucedidos. Por isso, o retorno é marcado pelos reencontros e as “provas” de que mesmo por um caminho diferente do trabalho familiar camponês, a partir do *esforço* nas fazendas, conseguiram sobreviver. As marcas da migração vão para além daquelas percebidas nas mãos calejadas, na pele queimada, na feição envelhecida. As marcas também estão pela casa arrumada, nas paredes coloridas, nos eletrodomésticos, entre outros.

Encontramos algumas categorias nativas que expressam esse ciclo de expulsão através do modelo de des-envolvimento, suas ações na vida das pessoas e as resistências camponesas: *Precisão* foi o termo relatado, que representa as necessidades e dificuldades que *obrigam as saídas no mundo*, porque, apesar de qualquer melhoria, os camponeses

diferenciam o *lugar da gente* com o lugar do trabalho, ambientes de relações tão desiguais que sentem estar em um outro mundo.

Perpetuando-se por gerações, a migração já faz parte das dinâmicas do lugar, aparecendo enquanto condição, que ao longo dos anos tornou-se aspecto intrínseco aos modos de vida locais. A ligação com os Movimentos Sociais foi e é importante, pois influenciou outras estratégias de resistência para os que ficam. Uma resistência agroecológica, que através das redes tecidas, colaboram para uma desmistificação da região semiárida. Ficando ou saindo do Touro, os moradores buscam suas resistências. Ficar e sair representam a continuação e permanência dos povos e comunidades tradicionais em seus territórios.

Neste espaço, traçamos as considerações finais do artigo, mas conferimos que a intenção não é encerrar este tema complexo. Esperamos ter retratado o mais fielmente possível as percepções dos homens e mulheres do Touro, demonstrando a vida que se estabelece entre a tradição e a tradução, o antigo e o novo, os destinos e as origens, as expulsões e as resistências. Almejamos contribuir, demonstrando a urgência de repensar o modelo de des-envolvimento e as políticas públicas que promovem tal visão “salvadora”, para que os movimentos sociais, representando a diversidade do campo, possam ganhar maior apoio e visibilidade.

O Norte de Minas é um espaço de cores, sabores, ambientes, natureza, culturas, gentes e vidas diversas. Um povo que fez do luto um verbo e no ir-viver-voltar-ir as migrações tornaram-se parte do cotidiano, que quando se percebeu “*durou só um instantezinho enorme*” (ROSA, 1994, p. 558). Que os camponeses que saem a procura da melhoria de vida, deixem de conviver com políticas públicas áridas e encontrem novamente o envolvimento. Que tenham no *lugar da gente* tudo que sonham, as festas, rezas, trabalho, terra, água, família, vida e esperança.

Notas

¹ Serra Geral é o nome local dado a Serra do Espinhaço, na sua extensão Norte Mineira.

² Este artigo traz fragmentos da dissertação de mestrado da autora, disponível em: PIRES, Maria Cecília Cordeiro. “**A PRECISÃO FAZ IR LONGE**”: Migração e Des-envolvimento em Comunidade Rural do Sertão Norte Mineiro. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2019.

³ PIRES, Maria Cecília Cordeiro. **PROCESSO MIGRATÓRIO EM PORTEIRINHA-MG**: “enquanto eu tiver vida e saúde”. Montes Claros: Unimontes/Departamento de Política e Ciências Sociais – DPCS (Monografia de Bacharelado), 2016.

⁴Para Geertz (1989) o trabalho etnográfico é realizado em dois momentos distintos, o *estar lá*, quando o pesquisador está no campo junto aos “nativos” e desenvolve a coleta de dados e o *estar aqui*, quando volta para a academia, no momento de interpretação e escrita.

⁵Dentre as linhas de financiamento podemos citar: FINOR (Fundo de Investimento no Nordeste) e Fiset (Fundo de Investimentos Setoriais).

⁶“Entende-se por Revolução Verde o processo de expansão do modelo agrícola dos países desenvolvidos para o Terceiro Mundo, ocorrido principalmente a partir da década de 50. A Revolução Verde baseia-se na difusão da mecanização intensiva dos solos, utilização em larga escala de sementes melhoradas e insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos)”. Disponível em: Dayrell (1998, p.3).

⁷Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para Pires, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017.

⁸Em sua sala é exposto um *troféu grande*, do prêmio TRIP Transformadores que recebeu em 2013 em São Paulo, pela Revista Trip. Mais informações acessar: <https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2013/geraldo-gomes-barbosa>.

⁹Sobre a conceituação de movimentos sociais ver: Gohn (2010).

¹⁰A Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda, tem sede em Montes Claros-MG.

¹¹Seu Geraldo é sócio do STR de Porteirinha, assim como ele, outros moradores compartilharam conosco um descontentamento com o STR de Serranópolis de Minas, considerado *fraco*.

¹²No terceiro capítulo de Pires (2019) refletimos melhor sobre essas empresas, que atualmente comercializam as areias retiradas do rio, provocando e intensificando o assoreamento do lugar.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus/Travessia do Século, 2002.

BARBOSA, Rômulo Soares. Mineração no Norte de Minas Gerais: Tensões e Conflitos Pelo Acesso e Uso da Água. **Revista Desenvolvimento Social**, n. 11/01, p. 43-50, 2014.

BARBOSA, Rômulo Soares; ZIMMERMANN, Silvia A.; TECCHIO, Andréia. Desenvolvimento Territorial e Pobreza Rural no Território da Cidadania Serra Geral (MG). In: LEITE, Sergio Pereira (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**: estudos de casos. Brasília: IICA, 2013, v. 1, p. 171-205.

BOURDIEU, Pierre. Introdução. In: BOURDIEU, Pierre CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício do Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Editora Vozes: Petrópolis, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Revista Sociedade e Cultura**, Vol. 10, n.1, p. 11-27. 2007.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Natureza e populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. In: **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Unimontes /SEMMA vol. 1, n.3, 2005. p. 8-47.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas

tradicionais. 1998. 192f. Dissertação (Maestria em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Huelva: Universidade Internacional de Andalúcia, Sede Ibero Americana - La Rábida, 1998.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1999. 276 p. (Coleção Estudos; 53)

FEITOSA, Antônio Maurílio; BARBOSA, Rômulo Soares. A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, A. M. A. et al (org.). **Debaixo da lona**: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informações. Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais 2000**. Belo Horizonte, 2003. **Disponível em**: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/perfil-demografico-de-minas-gerais/108-perfil-demografico-do-estado-de-minas-gerais/file>. **Acesso em**: outubro de 2018.

FOOTE-WHITE, William. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder**: entrevista com Celso Furtado / entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manoel Correia de Andrade e Raimundo Pereira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas**: no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991, 2000, 2010**. **Disponível em**: <http://www.ibge.gov.br>. **Acesso em**: 19 de janeiro 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. **Disponível em**: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranopolis-de-minas/historico>. **Acesso em**: 25 de outubro 2019.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Trabalho apresentado no **SIMPÓSIO “NATUREZA E SOCIEDADE: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANTROPOLOGIA”**, na 23a Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. (Introdução). São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, V. 30, n. 2. 2004

MARTINS, José de Souza. O vô das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MILLS, C. Wright. Do Artesanato Intelectual. In: MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEDET. **Relatório Final - Território da Cidadania Serra Geral**. Montes Claros. 2016. **Disponível em:** <http://niisa.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Relat%C3%B3rio-Serra-Geral.pdf>. **Acesso em:** outubro de 2018.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Travessias - Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais**. Tese (doutorado) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2009.

PIRES, Maria Cecília Cordeiro. **“A precisão faz ir longe”**: Migração e Des-envolvimento em Comunidade Rural do Sertão Norte Mineiro. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2019. **Disponível em:** <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/06/DISSERTA%C3%87%C3%83O-MARIA-CEC%C3%8DLIA-CORDEIRO-PIRES-1.pdf>. **Acesso em:** 20 de dezembro de 2019.

PIRES, Maria Cecília Cordeiro. **Processo migratório em Porteirinha - MG: “enquanto eu tiver vida e saúde”**. Montes Claros: Unimontes/Departamento de Política e Ciências Sociais – DPCS (Monografia de Bacharelado), 2016.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

TRIP. Revista Trip. **Premiação TRIP Transformadores**. **Disponível em:** <https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2013/geraldo-gomes-barbosa>. **Acesso em:** junho de 2018.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. In: **Ciência e Cultura**, Abril, 2004, vol.56, n.2, p. 26-29.

Recebido em 29/11/2019. Aceito para publicação em 24/05/2020.
--